

A QUESTÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO NO NORDESTE: EXPERIÊNCIAS NA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO AGROAMIGO NO ALTO SERTÃO DE SERGIPE E ALAGOAS[1]

THE QUESTION OF PRODUCTIVE AND ORIENTED MICROCREDIT IN THE NORTHEAST: THE EXPERIENCES IN THE APPLICATION OF THE AGROAMIGO METHODOLOGY IN THE ALTO SERTÃO DE SERGIPE AND ALAGOAS

José Eloizio da Costa
Universidade Federal de Sergipe
eloiziocosta@academico.ufs.br
Adriana Lisboa da Silva
Universidade Federal de Sergipe
lisboaadriana21@gmail.com
Daniela Santos Feitoza
Universidade Federal de Santa Maria
danielafeitoza22@gmail.com
Diana Mendonça de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
dianamendoncadecarvalho@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT-07): Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo
O Agroamigo é um programa de microcrédito rural inserido no contexto metodológico do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). A metodologia é operacionalizado no Banco do Nordeste do Brasil nos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo através de parceria com o Instituto Nordeste Cidadania. Sua missão é promover o desenvolvimento rural através da concessão de pequenos financiamentos (visão quantitativa) para investimentos e custeio, em atividades agropecuárias e não agropecuárias, de forma rotativa ou não, bem como orientação creditícia e acompanhamento técnico (visão qualitativa) no decurso do prazo do financiamento. Como crédito rural produtivo e orientado, o agroamigo transcende à mera concessão de crédito bancário e figura como instrumento de uma política de desenvolvimento local e regional. A proposta da pesquisa é atuar na perspectiva de analisar como politica de crédito valorando a percepção dos agricultores familiares beneficiários do agroamigo do Alto Sertão de Sergipe e Alagoas, com uso do método empírico-analitico e aplicação de questionário em amostra com uso do SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) na construção de indicadores e de cruzamento dos dados. Esse programa pode fazer a gestão e acesso à uma ampla quantidade de dados, criar, definir e alterar variáveis, conhecer a quantidade de casos e as variáveis que existem no banco de dados. Os resultados do estudo mostraram que o agromigo

[1] O estudo em tela foi extraído de relatório de pesquisa intitulado **Impactos do Programa do Microcrédito Produtivo e Orientado no Nordeste: os casos do Agroamigo do Banco do Nordeste.** A pesquisa foi financiada pelo CNPq/Ministério da Cidadania através do edital nº30/2019 - Estudos e Pesquisa em Avaliação de Políticas Sociais.

opera de forma mais eficiente em articulação com outras políticas públicas, destacando nesse processo da importância do Programa Bolsa Família. Por outro lado, existe um grau de satisfação desses tomadores de crédito beneficiários do agroamigo e da necessidade de ampliação dos valores emprestados, além da inexorabilidade de ajustes institucionais.

Palavras-chave: *desenvolvimento rural, microcrédito, agroamigo, agricultura familiar.*

Abstract
Agroamigo is a rural microcredit program inserted in the methodological context of the National Program for Strengthening Family Agriculture and the National Program for Oriented Productive Microcredit (PNMPO). The methodology is operationalized at Banco do Nordeste do Brasil in the states of the Northeast and north of Minas Gerais and Espírito Santo through a partnership with Instituto Nordeste Cidadania. Its mission is to promote rural development through the granting of small financing (quantitative view) for investments and funding, in agricultural and non-agricultural activities, on a rotating basis or not, as well as credit guidance and technical follow-up (qualitative view) during the term. of funding. As productive and oriented rural credit, agroamigo transcends the mere granting of bank credit and appears as an instrument of a local and regional development policy. The research proposal is to act from the perspective of analyzing credit policy, valuing the perception of family farmers who benefit from the agroamigo of Alto Sertão de Sergipe and Alagoas, using the empirical-analytical method and application of a questionnaire in a sample using SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) in the construction of indicators and data crossing This program can manage and access a wide amount of data, create, define and change variables, know the number of cases and the variables that exist in the database Dice. The results of the study showed that agromigo operates more efficiently in conjunction with other public policies, highlighting the importance of the Bolsa Família program in this process. On the other hand, there is a degree of satisfaction of these borrowers who would benefit from agroamigo and the need to expand the amounts borrowed, in addition to the inexorability of institutional adjustments.

Key words*:* rural development, microcredit, agroamigo, family farming

1. Introdução

O espaço rural brasileiro tem passado por transformações nas últimas décadas (valorização da agricultura familiar, tecnologia e modernização, expansão do crédito). Essa dinâmica vem estimulando o debate e estudos em torno da relação Estado e Desenvolvimento Rural, proporcionando novas formas dese pensar e analisar face ao desenvolvimento do capitalismo no campo, refletidos também às recentes políticas públicas implantadas sob o enfoque na agricultura familiar. Esse segmento historicamente sempre foi excluído da modernização da agricultura brasileira ao longo dos últimos cinquenta anos, o que a tornou, dentro da dimensão capitalista, uma modalidade considerada atrasada e pouco produtiva e incapaz de mercado competitivo dos produtos agrícolas.

Segundo Schneider (2001), o debate sobre a agricultura familiar, provém de dois momentos ímpares. O primeiro diz respeito à adoção da expressão “agricultura familiar” no conjunto das políticas públicas e da participação dos movimentos sociaisno campo e

das organizações rurais, como as federações e os sindicatos de trabalhadores rurais. A maior conquista em termos de ação do Estado destinada aosagricultores familiares se deu a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, se configurando uma afirmação dessa nova categoria no cenário social.

No Nordeste, esse programa realizou diversos ajustes face a questão das reiteradas inadimplências e do foco concentrado naqueles agricultores familiares possuidores de algum ativo, como o dominio da propriedade, por exemplo. Para superar essas questões, a instituição financeira responsável pelo Pronaf no Nordeste criaria uma metodologia, necessária para dar efetividade na realização das operações de crédito, operando concretamente pela simetria de informações, focando exclusivamente nos agricultores familiares mais pobres.

Daí emerge a metodologia do agroamigo como instrumento institucional de baixo custo para atender um universo de mais de dois milhoes de agricultores familiares nordestinos. Com duas modalidades – crescer e mais alimentos – tornaram um dos maiores sucessos na superação da inadimplencia e da possibilidade de universalização do microcrédito na linha do desenvolvimento rural mais efetivo. Com aplicação de juros subsidiados e deságios em adimplemento antes do vencimento, os resultados tem mostrado com indicadores reletivamente determinanntes, na melhoria das condições de vidas desses agricultores de menor porte econômico. Essa tecnologia financeira estar lastreada na figura social do assessor de crédito, numa especie de instrumento de redução operacional entre a instituição financeira e os tomadores de crédito mais pobres do Nordeste rural.

Nesta toada, é que o presente artigo aborda uma importante questão do alcance dos efeitos sociais e econômicos dos pronafianos tutelados pelo agroamigo a partir da propria leitura de seus protagonistas, em uma visão multidimensional, na linha de SEN (2000) que transcende a questão meramente economica. E mais importante do papel estrutura do programa bolsa família. Para isso, fizemos dois recortes territoriais de dois espaços rurais pobres: o Alto Sertão de Sergipe e o Alto Sertão de Alagoas. Levando em consideração a importancia do trabalho de campo, foi realizado com aplicação de questionários semi-estruturados, em amostra, envolvendo doze municipios, seis de cada um dos estados, na linha analitica e avaliativa de SEN em suas instancias de desenvolvimento: fatores, características e efeitos. A pesquisa foi realizada com auxilio financeiro do CNPq e Ministério da Cidadania, apresentado em relatório no primeiro semestre de 2021 e o estudo em tela apenas apresenta alguns desses resultados.

2. Aspectos Metodológicos

As recentes e constantes transformações no espaço rural têm chamado à atenção dos estudiosos. Isso, especialmente, em função dos desdobramentos ocorridos com a implantação de políticas públicas, mesmo que nos últimos anos elas praticamente desaparecidos. Mesmo assim, a expressão ‘desenvolvimento rural’ surge para caracterizar conceitualmente os processos e os efeitos das mudanças ocorridas no mundo rural. Sendo assim, Navarro (2001, p. 88) compreende esse termo como sendo “alterações de caráter institucional a partir de programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos”.

Desse modo, para compreender os aspectos que constituem o desenvolvimento rural, diversas metodologias tanto de caráter qualitativo quanto quantitativo, tem sido utilizadas e

reformuladas. Destarte, a operacionalização desses procedimentos depende essencialmente das condições e da realidade recortada territorialmente.

Para o estudo em questão, um conjunto de procedimentos deve ser detalhado para realizar a avaliação de uma das modalidades do Microcrédito Produtivo e Orientado (MPO) operacionalizado no Nordeste articulado com o Programa Bolsa Família (PBF), particularmente entre os agricultores familiares do território do semiárido, com uso da metodologia do agroamigo. A primeira questão relaciona-se com o método a ser trabalhado no processo avaliativo. Optamos pelo empírico-analítico por valorar os dados e informações a serem produzidas e desse modo articular com os indicadores a serem construídos na perspectiva do desenvolvimento como liberdade. Esse método opera como caminho para entender o alcance, e as possibilidades dos efeitos da aplicação da metodologia do agroamigo perante os agricultores familiares mais pobres e que historicamente nunca tiveram acesso a qualquer tipo de financiamento.

O entendimento relaciona-se com amostra que rebate no quadro da questão do microcrédito voltado aos agricultores familiares nos territórios do semiárido e os resultados para um cenário que possivelmente poderá induzir a partir da "dedução" extraídos dos dados e informações. Essa justificativa é pertinente e o caráter aleatório reforça tal possibilidade na medida em que a temática do estudo é justamente valorar subjetivamente as falas dos protagonistas tomadores de crédito do MPO com uso da metodologia do agroamigo, em que possui um caráter generalizante, tomando como recorte o Alto Sertão de Sergipe e Alagoas. A escolha em amostra, seis em cada um destes territórios deu-se por apresentar maior número de que de operações de crédito a metodologia creditícia do agroamigo, maior número de famílias beneficiarias do PBF e por apresentar atividades da agricultura familiar bem consolidada.

O pressuposto é analisar dentro da perspectiva do desenvolvimento, distinto do modelo clássico keynesiano, e com base em resultados sociais e econômicos voltados para a população mais vulnerável, na quadra da "perspectiva da liberdade" e do estabelecimento de dimensões que superem as chamadas "privações de liberdade". Ou seja, a liberdade pode ser conquistada por um conjunto de ações de natureza estatal e resvala na melhoria das condições de vida da população mais pobre. Daí a nossa opção de recorte de Amartya Sen em seu tomo que lhe deu o Prêmio Nobel de Economia em 1998, "Desenvolvimento como Liberdade", em que analisa todo esse processo além da dimensão econômica. Sua abordagem é que o desenvolvimento deve ser realizado de forma integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, abrangendo um conjunto de instituições e o papel dos agentes públicos e políticos devem ser exercer nesse processo, sendo operacionalizada de forma interativa.

Por outro lado, estabelece a busca da liberdade substancial com as possibilidades de construir naquilo que o autor denominou de "liberdades instrumentais", e que no nosso entendimento seria a materialidade das políticas públicas e a necessidade da realização da avaliação "*e das inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora" (*SEN, 2000, p. 11).

Nessa visão multidimensional, o desenvolvimento transcende a concepção economicista e o papel do Estado em que seria entendido de forma diversificada. Nesse suporte teórico, liberdades materializadas nas oportunidades econômicas democratizam a possibilidade de todos os atores sociais terem opções para melhorar suas condições de vida, e nos parece que a efetividade do microcrédito voltado para os agricultores familiares mais pobres, como observado na questão do agroamigo, se traduz em uma "excelente oportunidade" como atividade que busca a autonomia econômica desses atores sociais rurais. Na mesma esteira podemos agregar a dimensão social do PBF como uma estratégia de "segurança protetora", que

pode estar aliado com outros programas ou benefícios sociais como aposentadoria, pensão e BPC.

Nesta linha, tomando as chamadas instâncias de desenvolvimento – fatores, características e efeitos – fundamental são os indicadores inseridos. Na esteira de Rambo (2015), observamos a necessidade de detalhar no que se refere as instancias de desenvolvimento, sob a ótica de Sen e Kageyama, para explicitar a importância de cada uma delas, destacamos suas observações a partir dos dois autores e da divisão em fatores (intitulamentos), características (elementos de conversão) e efeitos (capacitações e funcionamentos), todos que formam essa concepção de desenvolvimento.

Para isso, foram aplicados 122 questionários em amostra para responder os questionários que tiveram como público-alvo os agricultores familiares beneficiários do Agroamigo Crescer que adquiriram o crédito produtivo no valor de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente da quantidade de vezes que esse valor foi adquirido, e que aplicaram o recurso nos trabalhos rurais com agricultura, pecuária ou benfeitorias nos seus respectivos estabelecimentos. Estes responderam todo o questionário assim como trouxeram informações adicionais sobre o seu cotidiano que puderam complementar essa análise. Observar que a organização do questionário teve como lastro os indicadores vinculados às três instancias de desenvolvimento em epígrafe, extraído da metodologia operacional trabalhada pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao também extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para isso, utilizamos o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) é um *software* privado que permite estruturar e cruzar dados, mediante analises estatísticas avançadas. Esse programa pode fazer a gestão e acesso à uma ampla quantidade de dados, criar, definir e alterar variáveis, conhecer a quantidade de casos e as variáveis que existem no banco de dados, calcular medidas simples e múltiplas, fazer o cruzamento das variáveis diferentes, construir vários tipos de gráficos e executar diversas análises de variância, regressão, séries temporais, entre outros (SANTOS, 2018, p. 02).

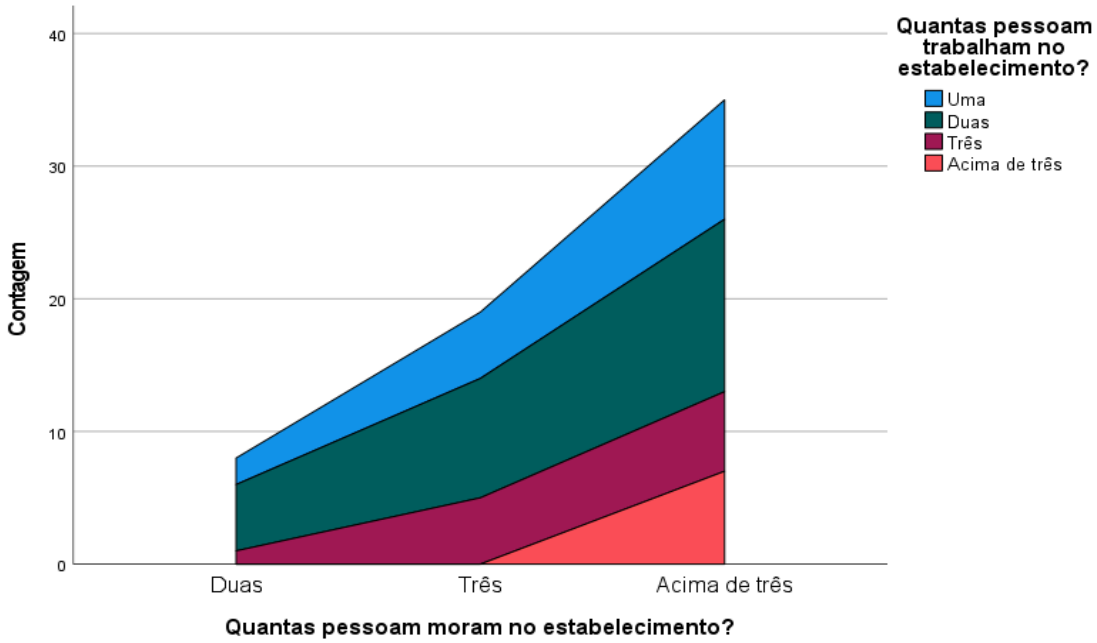
Vale dizer que a compilação, cruzamento e a manipulação dos dados foram organizados em conformidade com o grupo de instâncias apontadas no modelo do MDA. Sendo assim, a construção dos gráficos seguiu um padrão de análise de acordo com os fatores, características e efeitos do desenvolvimento. O resultado foi à elaboração de diversos gráficos (coluna, linha, pizza, área, entre outros) com a integração de até três variáveis.

Para isso, agregamos alguns desses resultados, extraído de nosso relatório de pesquisa, com fulcro em realizar combinações de variáveis, com possibilidades de analisar, mais na frente, no aprofundamento destas discussões.

3. Resultados e Discussões

Como resultado do estudo na linha da percepção dos beneficiários do agroamigo, tomamos inicialmente a questão da família do agricultor familiar e que valoramos a partir da variável tamanho da família. E nisso percebemos um fenômeno social que está praticamente consolidado no meio rural do Nordeste: a diminuição do número de membros da família. E na combinação entre o número de membros e aqueles que trabalham no estabelecimento, observa-se uma simetria no equilíbrio entre "consumidores e trabalhadores" (conforme modelo estabelecido pelo agrônomo russo Alexander Chayanov), e que essa combinação em sua maioria oscila entre um e três membros, e nisso podemos também induzir que o número menor de membros significa que as famílias etariamente são de meia idade. Completando que os atores sociais "realmente residem no estabelecimento rural" e não nos pequenos centros urbanos mais próximos (Figura 01).

Figura 01 – Relação entre Tamanho da Família e Membros da Família que Trabalham

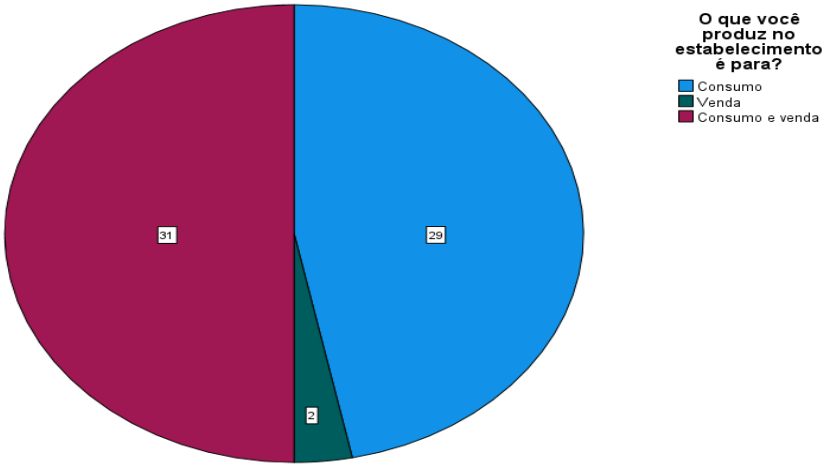


Fonte: Trabalho de campo SE/AL, 2020/2021

No que se refere ao trabalho da família e do destino da produção nas unidades produtivas do agroamigo, é pertinente observar que as caracteristicas "legais" da agricultura familiar se confirmam, em especial para o caso dessas unidades nos territórios do semiárido dos estados de Alagoas e Sergipe. Um aspecto interessante é que o fenómeno do "autoconsumo" ainda permanece, porém a tendencia é realizar dois processos, ou seja, tanto para consumo da familia, como também para venda dos produtos da agricultura familiar. A presença do fenômeno exclusivamente da venda não tem qualquer significado, o que mostra o lado social de crédito dessa natureza onde estes dois processos são relevantes para a familia e respectiva reprodução (Figura 02).

É necessário observar também que um dos maiores gargalos dos agricultores familiares relaciona-se com a questão da comercialização e essa duplicidade operacional mostra a melhor estratégia para esses produtores.

Figura 02 – Destino da Produção Familiar dos Beneficiários do Agroamigo



Fonte: Trabalho de campo SE/AL. 2020/2021.

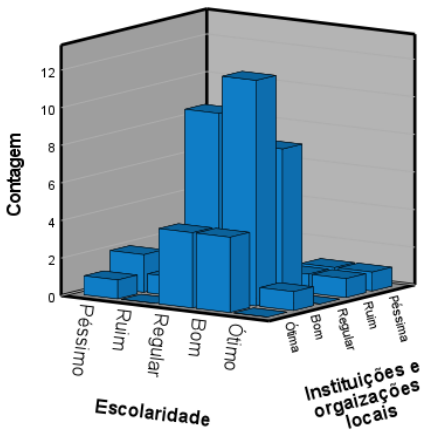
Em outra dimensão sobre a percepção dos tomadores de crédito do agroamigo, relacionamos a questão da situação da escolaridade dos membros da família e da articulação com as instituições e entidades organizacionais locais (Figura 03) e infelizmente extraímos um quadro, por sinal esperado, mas da forma como exposto no recorte empírico foi ainda pior. Primeiro, porque a satisfação com a questão da escolaridade é um excelente indicador que os chefes de família optam como prioridade dentro de suas agendas da vida, em dar melhor escolaridade aos descendentes sendo um imaginário ainda presente entre os agricultores familiares. Portanto, efetivamente não percebemos que os pais tenham como estratégia colocar seus filhos na labuta cotidiana do trabalho familiar nos primeiros anos de vida. A questão da escolaridade tem sua importância face a construir uma vida melhor para seus filhos do que suas próprias vidas (na figura citada os entrevistados concentraram a figura subjetiva entre regular e bom).

Entretanto, essa preocupação com a escolaridade não rebate em relação a frágil capilaridade das instituições e entidades privadas presentes nos locais e a percepção dos agricultores é negativa (responderam regular, mas também concentraram na figura de atuação ruim e péssimo). Na verdade, são instituições representadas por postos de saúde, escolas municipais (ou estadual) e sempre enfrentam problemas de gestão, infraestrutura e interesse dos profissionais da educação em atuarem nesses espaços rurais (não por falta desses profissionais, mas pela elevada rotatividade). Face ao nosso estudo, a questão do microcrédito produtivo e orientado do agroamigo tem sido caracterizado como ação institucional mais conhecida entre os entrevistados, até por bordões já incorporados entre os tomadores do crédito, como o "agroamigo do Banco do Nordeste", "do empréstimo que pagamos menos" ou do "crédito da vaca".

Desse lado, é evidente que a reduzida confiança dos entrevistados em relação as entidades e instituições tem forte influência político-cultural na medida em que no meio rural nordestino infelizmente ainda imperam práticas autoritárias que destroem qualquer tentativa de organização dos agricultores familiares. Daí a fragilidade das cooperativas, além do caráter clientelístico de muitas entidades existentes nesses espaços rurais, que efetivamente não realizam atividades que tenham como contrapartidas benefícios mais sólidos e de longo prazo para os agricultores familiares. Um exemplo, e isso *seria relevante, é articular a instituição financeira responsável pelo agroamigo – o Banco do Nordeste do Brasil – com as entidades representativas dos logradouros rurais, mediado pelo assessor de crédito, através do*

instrumento da cooperação técnica e que estabelece, até de forma permanente, a capilaridade social do microcrédito. E por extensão poderíamos incluir também as secretarias municipais de agricultura. Sendo que não ficaria apenas na dinâmica das "palestras de esclarecimento" realizadas pelo assessor de crédito, mas criar a possibilidade de ampliar elementos até mesmo de natureza pedagógica, evitando naturalmente o perigoso processo de "criação de novos clientes" e seu maior desdobramento: constituir "novos devedores", um pesadelo para esses agricultores familiares.

Figura 03 - Relação entre Escolaridade da Família dos Agricultores Familiares e sua presença nas Instituições e Organizações Locais



Fonte: Trabalho de campo SE/AL. 2020/2021.

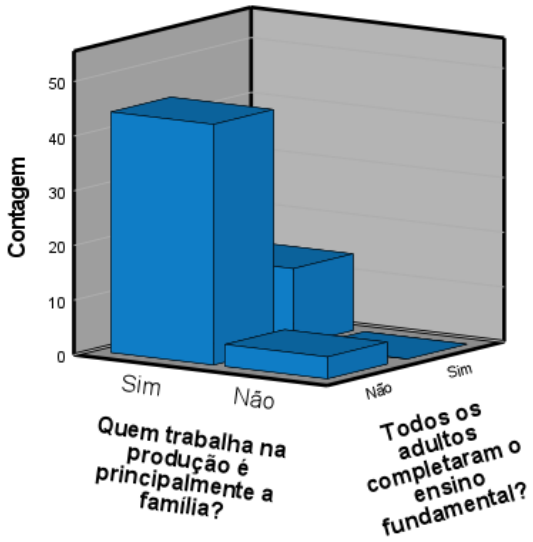
Estendendo a abordagem anterior no que se refere a percepção sobre a escolaridade e o papel das instituições e organizações sociais locais, agregamos também a questão do trabalho familiar realizado na unidade de produção da família e o nível de escolaridade dos agricultores, dando ênfase ao nível mais relevante que seria o ensino fundamental completo. Essas duas percepções refletem alguns elementos da natureza subjetiva no imaginário dos agricultores familiares que tiveram acesso ao agroamigo, como demonstrado na Figura 04.

Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que os entrevistados efetivamente não tiveram oportunidades dentro do tempo etário de frequência na escola, face as inadiáveis necessidades de atender demandas relacionadas a sobrevivência material da família. Daí a baixa escolaridade e necessidade de não priorizar os estudos, com alcance de no máximo ao oitavo ou nono ano do ensino fundamental.

E nisso colocamos um segundo elemento que seria a inexistência em seus logradouros, onde residem, de escolas de ensino médio, mais comuns nos centros urbanos mais próximos e que geralmente oferecidos pelas redes estaduais de ensino. O ensino fundamental, de competência municipal, é mais disseminado no meio rural e isso rebate no nível de escolaridade, mostrando a impossibilidade de deslocamento para as escolas existentes nas sedes municipais ou centros urbanos maiores, na medida em que isso pode ser afetado em seu tempo de trabalho, além das dificuldades do ensino noturno para os agricultores familiares. A Figura 04 mostra esse quadro, quando a alternativa dos entrevistados dos dois indicadores é compatível, havendo limites, onde a *maioria dos agricultores familiares realmente trabalham em suas unidades e*

tem escolaridade concentrada no ensino fundamental, porque é a única alternativa oferecida espacialmente aos mesmos, por estarem mais próximas de suas residências.

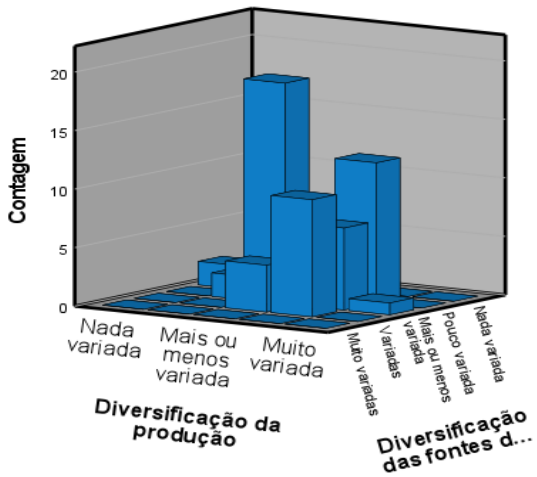
Figura 04 – Relação entre o Trabalho Familiar na unidade produtiva e o nível de Escolaridade (ensino fundamental completo)



Fonte: Trabalho de campo. SE/AL. 2020/2021.

Observamos mais uma simetria entre agricultores que tiveram acesso ao agroamigo no que se refere na questão da diversificação da produção e da renda e pela Figura 05. Essa questão assenta subjetivamente no segmento de "diversificação regular", ou seja, que a diversificação estaria em ser "mais ou menos", mostrando dois fenômenos intrínsecos. O primeiro, em que a tendência é a diminuição na diversificação da produção e isso pode ser observado no estado de Sergipe, onde a emergência da produção leiteira permite essa leitura, na medida em que secundariamente é acompanhado na produção de forma artesanal de aves, suínos ou pequenos cultivos para autoconsumo. Daí o que colocamos em epígrafe, que, para esses agricultores familiares a produção é destinada ao consumo, porém toma cada vez mais relevância a questão da venda, como ocorre com o leite. E o "mais ou menos variada da renda" é determinada pela importância das rendas não agrícolas, a exemplo do PBF, das aposentadorias e pensões; ou outras formas de transferência de renda como o BPC. Ainda assim, como já exemplificamos anteriormente, a renda extraída da produção ainda é determinante entre os agricultores familiares e a diversificação intermediária mostra um quadro de estabilidade, o que necessariamente não seria uma boa estratégica diversificar em demasia a produção, mas ao mesmo tempo a diversificação da renda pode oferecer segurança financeira a família.

Figura 05 – Relação entre Diversificação da Produção e a Diversificação das Fontes de Renda

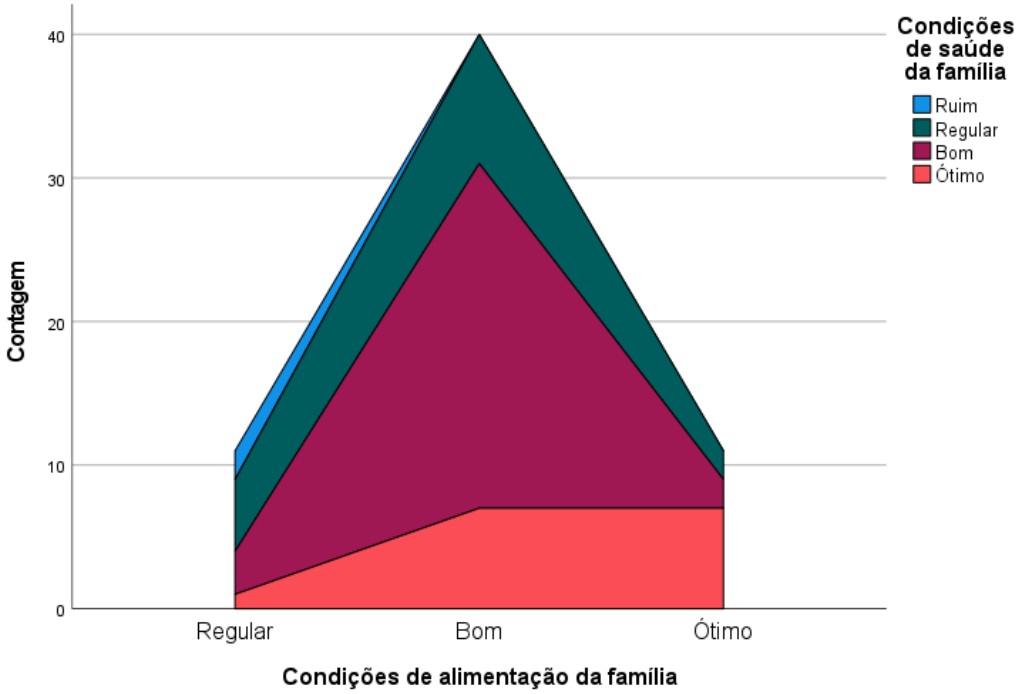


Fonte: Trabalho de campo SE/AL. 2020/2021.

Destarte, construímos também a simetria de dois importantes indicadores: *condições de alimentação da família e condições de saúde da família.* E inserem como um dos *efeitos do desenvolvimento.*

É inexorável que os indicadores em tela têm intima relação e os resultados apresentaram-se positivos, quando a questão da alimentação é determinante na melhoria ou não da saúde da família. O que exclui a figura ideológica da "fome do Nordeste rural" e os nossos resultados apresentaram justamente o contrário. Fatores como "refeição três vezes ao dia", e maior variedade da natureza dos alimentos tornou-se determinante na permanência dos agricultores e suas famílias. Mais interessante é que a leitura dos entrevistados, dentro da percepção da construção da simetria dos indicadores, mostrou que o quadro é Bom e secundariamente Regular, mas não podemos desprezar a percepção de quem afirmou a figura do Ótimo. Mais interessante seria a inexpressiva resposta com base na figura Ruim e sequer a figura Péssima foi destacada, excluindo assim qualquer possibilidade de existência de fomes periódicas ou que apresente de forma generalizada. A Figura 06 expõe graficamente nossa leitura.

Figura 07 – Relação entre Condições de Alimentação e Saúde da Familia dos Agricultores Familiares do Agroamigo

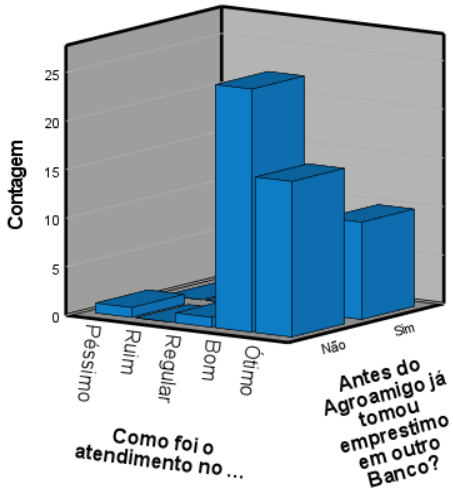


Fonte: Trabalho de campo. SE/AL. 2020/2021.

Destacamos em nosso estudo mais dois indicadores em relação ao agroamigo que consideramos de grande relevância para entender o alcance na aplicação da metodologia entre os agricultores familiares mais pobres no Nordeste. Na Figura 08 levamos em consideração, para construir a simetria dos indicadores, a questão que indaga se os tomadores tiveram acesso a outros tipos de financiamento antes do agroamigo e simultaneamente, como foi o atendimento desses agricultores na agencia da instituição financeira onde realizou o contrato.

Nesse caso, os resultados foram interessantes na medida em que os dois indicadores se complementam, em outras palavras, criam "pontes" necessárias visando realizar a "inclusão creditícia" dessa importante categoria social rural no Nordeste. Assim, existe perfeita simetria a partir da subjetividade dos agricultores em relação a ausência de realização de empréstimos anteriores ao agroamigo e da relação de proximidade do "agricultor cliente" com a instituição financeira responsável pelo agroamigo. Desse modo, a percepção foi extremamente positiva, na medida em que a afirmativa "sim" que o tomador do crédito nunca realizou contratos anteriores se coaduna com a qualidade do atendimento do Banco do Nordeste e concentrou-se na figura de Bom e Ótimo, o que demonstra um quadro extremamente positivo. A Figura 08 representa essa importante questão.

Figura 08 – Relação entre Operação de Crédito Anterior ao Agroamigo e a Qualidade do Atendimento em Agência da Instituição Financeira responsável pela Metodologia



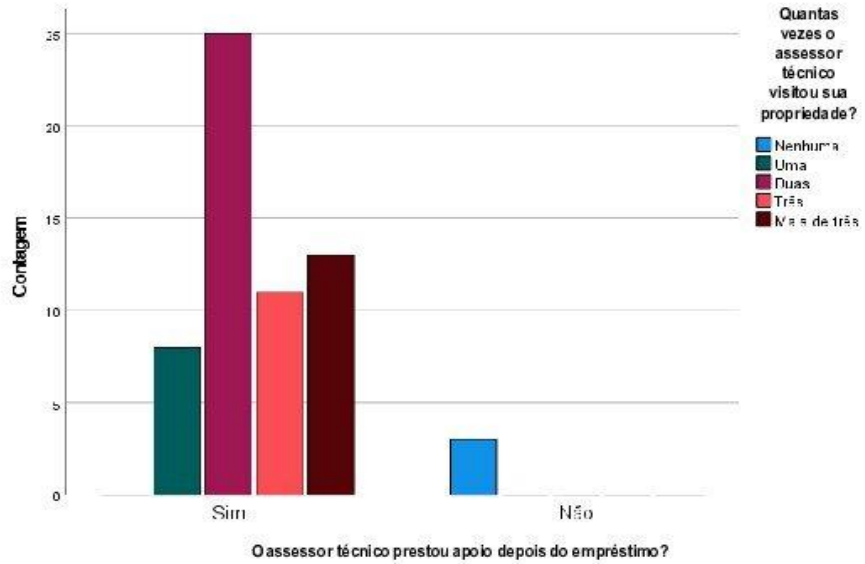
Fonte: Trabalho de campo. SE/AL 2020/2021.

Como sabemos, a figura institucional do assessor de crédito é de fundamental importância na linha da efetividade e celeridade das operações de crédito. Criado a partir do agroamigo, integra o que a literatura denomina de "redução de custos de transição", esses profissionais servem como "ponte" institucional entre a instituição financeira e os tomadores de crédito. Para isso, no estudo associamos dois indicadores intrínsecos em relação a essa questão e segmentamos para os dois estados pesquisados em seus territórios do semiárido. Assim, efetivamos a relação entre o apoio do assessor técnico depois da realização do empréstimo e o número de vezes que este profissional "visitou" a unidade produtiva. Aparentemente são dois indicadores semelhantes, porém o apoio pode ser realizado de outras formas como a visita do agricultor na agência, ou até mesmo nos contatos telefônicos. Bem diferente do total de vezes que o profissional esteve na unidade familiar.

Pelos termos, *a visita do assessor é estratégica e sua reiteração contribui ainda mais no processo de produção face a realização permanente de avaliação na aplicação do recurso, gerando produtos em benefício dos agricultores familiares.* Assim, em Sergipe esses profissionais tiveram no mínimo duas vezes nas propriedades, seguindo de três ou mais visitas, mostrando um vínculo relativamente forte com os agricultores e mais importante, efetivamente existiu apoio por parte desses profissionais.

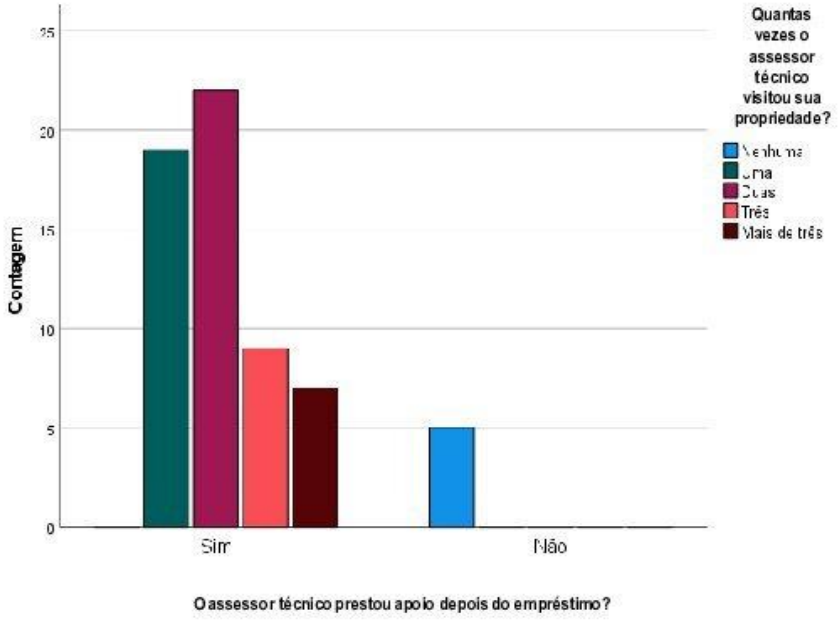
No estado de Alagoas o quadro é um pouco diferente, em destaque na menor capilaridade entre os profissionais e os agricultores, observando a figura da visita de apenas "uma vez" como significativa e desse modo isso pode ser caracterizado que essa única visita estaria relacionada com a liberação do recurso, um pouco antes ou logo em seguida a liberação. Entretanto, a visita em "duas vezes" se destaca e mostra o mesmo quadro de Sergipe, mas no conjunto a questão do assessor técnico é mais eficiente em Sergipe. veja as Figuras 09 e 10.

Figura 09 – Sergipe – Relação entre o Apoio do Assessor Técnico e o número de Visitas nas Unidades dos Beneficiários do Agroamigo



Fonte: Trabalho de campo. SE/AL. 2020/2021.

Figura 10 - Alagoas – Relação entre o Apoio do Assessor Técnico e o Número de Visitas nas Unidades dos Beneficiários do Agroamigo



Fonte: Trabalho de campo. SE/AL. 2020/2021.

Aspecto interessante relacionado aos tomadores do crédito do agroamigo é avaliar o alcance do PBF entre os agricultores familiares nos territórios do Alto Sertão de Alagoas e Sergipe, e observou-se como a maior política de transferência de renda do país como fundamental na efetividade nos impactos do Pronaf com uso dessa metodologia. Na Figura 11, com uso do recurso do SPSS relacionamos dois importantes indicadores. De um lado, da importância do PBF na constituição da renda da família dos agricultores e no outro, na verdadeira percepção dos entrevistados na escala de ótima a péssima. O resultado consideramos como simétricos, mas ressalvando algumas questões de natureza relevante.

A primeira relaciona-se com a universalidade do PBF entre os agricultores como estratégia complementar a renda dos agricultores familiares do agroamigo e nisso podemos considerar como uma percepção consolidada, bastando observar a resposta positiva, sendo uma questão inexorável, sendo a resposta negativa irrelevante. Complementando-se que observamos uma espécie de "divisão sexual do trabalho" com base na renda familiar e as mulheres são as responsáveis no acesso ao PBF e os homens (chefes de família) nas demais fontes de renda, extraídas principalmente da produção agropecuária.

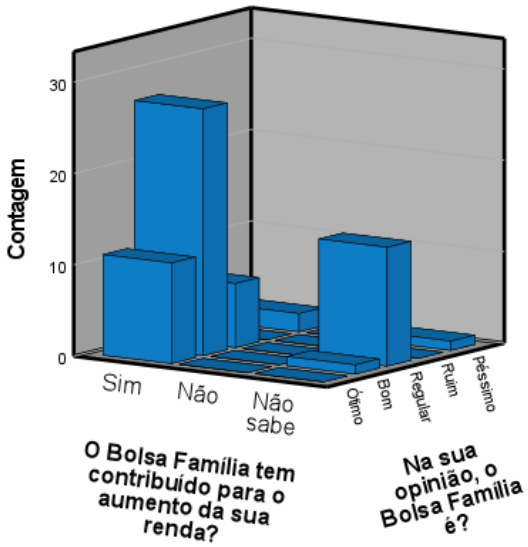
Na mesma toada, outro aspecto relevante foi a percepção em relação ao valor atribuído ao PBF e nele as respostas foram as já esperadas. Elas ficaram concentradas na percepção no "regular" e "bom". Portanto, uma resposta intermediária, que efetivamente mostra satisfação com o programa, mas ao mesmo tempo certo ceticismo em relação a ausência do reajuste do valor (pela média, foi estabelecido em R$ 180,00). Entretanto, seria impensável a extinção do programa, obstaculizando a importante estratégia que o PBF tem como principal finalidade a aplicação do recurso em bens essenciais, mas que possa, com o aumento da renda da família

desconstituir o programa, face a emancipação. Pelo observado, o PBF se integra como estratégia financeira *permanente das famílias dos agricultores do agroamigo.* O que seria um anacronismo dentro das diretrizes do programa. Mas não podemos omitir que a situação do meio rural no Nordeste ainda enfrenta problemas estruturais não resolvidos e o PBF socialmente tem relevância e imprescindível papel no combate à fome.

A grande questão seria, ao menos em médio prazo, que esses agricultores que tiveram acesso a financiamento, de valor relativamente pequeno, ampliassem as possibilidades de aumentar sua produção com inserção de tecnologias em todo o processo, bem como na organização dos mesmos em cooperativas e até mesmo, e isso é nossa principal abordagem em curto prazo, a articulação das diversas políticas públicas rurais, destacando o PSF (Programa Saúde da Família), a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) ou outra política mesmo que irregular, dos mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Essa relação do PBF e o agroamigo analiticamente estar em construção, porque são dois processos sociais rurais distintos, na medida em que são envolvidos por modelos tecnicamente diferentes, mas com efeitos sociais relevantes entre os agricultores familiares. No nosso entendimento se complementam, e ainda integram como uma das estratégias mais recentes de reprodução material dessas famílias. Nesse foco, bem distintos, *ainda não observamos que o agroamigo tem força social e econômica suficiente para que o Bolsa Família fosse dispensado* .

Figura 11 – Relação entre a Percepção dos A.Fs. na constituição da Renda da Familia e o Valor do PBF concedido



Fonte: Trabalho de campo. SE/AL. 2021/2021.

4. Considerações Finais

A partir dos resultados da pesquisa, tanto no trabalho de gabinete, nas discussões em grupo, na construção da metodologia e na aplicação dos questionários semiestruturados, com *ênfase na percepção dos agricultores familiares beneficiários do agroamigo e do PBF*, foi possível concluir que, a maioria dos agricultores familiares alcançados estar satisfeita com o tipo de trabalho desenvolvido nas unidades produtivas (50%), além do relevante indicador do *tamanho da família*, em que tornou-se um fator secundário entre os atores sociais.

Destarte, outro aspecto que destacamos relaciona-se, que, em boa parte das famílias alcançadas (58%) praticamente os atores não têm o menor interesse em "sair" da unidade produtiva como estratégia de buscar "condições melhores de vida" pois o acesso as políticas de transferência de renda como o Bolsa Família, articulado com programas de crédito como o Pronaf, facilitado pela metodologia do agroamigo, possibilitaram, de forma direta ou indireta na percepção de permanecer no meio rural.

Outros aspectos relevantes que destacamos em nosso estudo, dizem respeito a questão da alimentação e saúde dos entrevistados e os resultados foram altamente positivos. É evidente que a melhoria da renda familiar influenciou diretamente na qualidade dos alimentos e nos cuidados familiares com a saúde, uma vez que a possibilidade de realizar três refeições diárias representa uma grande evolução no campo da segurança alimentar, e a possibilidade de acesso a medicamentos que não são disponibilizados pelo sistema único de saúde também se apresenta como fator determinante para uma vida digna. Inexoravelmente o Sistema Único de Saúde tem um papel estratégico nessas melhorias.

Podemos inferir que o microcrédito voltado aos agricultores familiares ainda é um processo e sua universalização é uma realidade, porém operará de forma mais eficiente com a articulação de outras politicas públicas ou de transferência de renda. A ausência delas certamente poderá trazer efeitos sociais e econômicos negativos, com forte rebatimento na sustentabilidade dos serviços financeiros, como é o caso do Pronaf via agroamigo. É evidente que estruturalmente a questão do crédito para os mais pobres tem instrinsecamente elementos de natureza distributiva, sendo, no nosso entendimento, como um longo processo de concretização da autonomia socioeconômicas dos agricultores familiares mais pobres do Nordeste.

5. Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência:** o caso do Agroamigo: Fipe: relatório de pesquisa. [S.l.: s.n.], 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo Et all. **Cinco anos do Agroamigo: retrato do público e efeitos do programa.** Fortaleza/CE: Banco do Nordeste do Brasil. 2013. Revisada, atualizada e ampliada. 2ª edição.

AQUINO, J.R.; BASTOS, F Dez Anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar.. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v.46, suplemento especial, p.139-160, jun., 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual SGE**: metodologia utilizada para o calculo do ICV (2011). Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/ind/ind_re/doc/Manual_ICV_11_03_2011.pdf>. Acesso em: 26 de dez. de 2020.

BRITO, Volnandy de Aragão. **Efeitos socioeconômicos do Agroamigo : uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe.** Orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, 2017. Universidade Federal de Sergipe. Tese de Doutorado.

CASTRO, H.; WALTER, M. I.; SANTANA, C.; STEPHANOU, M. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Revista OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009, p.333-355.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, 15 (43), São Paulo, 2001.

NUNES, E.M., Silva, P. S. G., Silva, M. R. F., Sá, V. C. (2020). O Índice de Condições de Vida (ICV) em Territórios Rurais do Nordeste: evidências para os territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 58(1), e19097. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190917.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica (SGE) – Manual do Entrevistador: Estimação do ICV nos Territórios Rurais no Brasil.** Brasília. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica (SGE) – Índice de Condições de Vida.** Brasília. Março de 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1998.

RAMBO, Anelise G e outros. O Índice de Condições De Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** – Brasília, v. 1, n. 1, p. 68-94, dez. 2015.

SABARÁ, Raquel. **CRÍTICA À TEORIA DO ANTIVALOR: diálogos entre a Teoria do Valor Trabalho de Marx e Francisco de Oliveira.** Texto apresentado na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, São Luís, Maranhão.

SANTOS, Alexandra. **SPSS como Ferramenta de Pesquisa Quantitativa** (2018). Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/administracao/IBM-SPSS-como-ferramenta%20de-pesquisa-quantitativa-alexandra-santos.pdf>. Acesso em: 27 de dez. de 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: editora Companhia das Letras, 2000.

SOARES, S., SÁTYRO, N. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras**. IPEA - Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Texto para discussão | 1424 | out. 2009.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH,** Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, Jan./Abr. 2015.


8 A 11 DE AGOSTO DE 2022
AGRICULTURA FAMILIAR,
SISTEMAS AGROALIMENTARES
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
DESAFIOS RUMO AOS ODS
60º Congresso da
SOBER